

- METZ, Luiz Sérgio (2025), *O primeiro e o segundo homem*. Posfácio de Luís Augusto Fischer. Porto Alegre: Arquipélago.
- METZ, Luiz Sérgio (2001), *O primeiro e o segundo homem*, Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- METZ, Luiz Sérgio (1981), *O primeiro e o segundo homem*, Porto Alegre: Martins Livreiro.
- RAMA, Ángel (1998 [1984], *La ciudad letrada*. Prólogo de Hugo Achugar. Montevideo: Arca.
- VERÍSSIMO, Érico (2018 [1961]), *O Arquipélago*, vols. I a III. Trilogia *O Tempo e o Vento*, parte III. Prefácio de Luiz Ruffato. 4.^a ed., 5.^a reimpr. São Paulo: Companhia das Letras.
- VERÍSSIMO, Érico (2017 [1951]), *O Retrato*, vols. I e II. Trilogia *O Tempo e o Vento*, parte II. Prefácio de Marco Antonio Villa. 4.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- VERÍSSIMO, Érico (2013 [1949]), *O Continente*, vols. I e II. Trilogia *O Tempo e o Vento*, parte I. Prefácio de Regina Zilberman. 4.^a ed., 16.^a reimpr. São Paulo: Companhia das Letras.

Enrique Rodrigues-Moura
(Universidade de Bamberg)

A literatura como espaço de memória nas celebrações dos 200 anos da imigração alemã e 150 anos da imigração italiana ao Rio Grande do Sul, Brasil

O ano de 2024 no Brasil foi marcado por diversas celebrações como feiras, exposições, programas televisivos especiais, festas folclóricas e eventos acadêmicos voltados ao bicentenário da imigração alemã no estado mais meridional do Brasil. Tais eventos não foram apenas organizados pelos descendentes desses alemães que aportaram no sul do Brasil a partir de 1824, e pelas comunidades que formam, mas integravam também a agenda oficial do governo do Rio Grande do Sul. De forma semelhante, e mais uma vez compondo a agenda oficial do governo do Rio Grande do Sul, neste ano de 2025 tais celebrações vêm ocorrendo em virtude do marco dos 150 anos da chegada dos primeiros imigrantes italianos. Mas o que, afinal, essas celebrações representam? Por que ocupam lugar de destaque na agenda oficial do governo estadual?

Mais do que simples atos comemorativos, essas iniciativas expressam disputas simbólicas em torno da memória coletiva e da construção de identidades regionais. Ao inscrever tais celebrações no calendário público, o Estado reconhece o papel histórico das comunidades de origem alemã e italiana na formação cultural, econômica e social do Rio Grande do Sul. Todavia, para entendermos melhor essa questão, precisamos compreender a própria formação do Estado.

O território que hoje conhecemos como Rio Grande do Sul foi o último a integrar-se de forma estável ao domínio português na América. Durante boa parte do período colonial, essa porção meridional do Brasil permaneceu como uma zona de incertezas – um espaço de fronteira em disputa entre as coroas ibéricas e habitado por diferentes povos originários, como os Guaranis, Minuanos, Charruas e Kaingangues.

As primeiras experiências de ocupação europeia foram protagonizadas pelos jesuítas espanhóis, que, a partir de 1626, fundaram as reduções no vale do Rio Uruguai. Essas comunidades, analisadas por Luiz Alberto de Boni (2002) e Eduardo

Hoornaert (1994), misturavam evangelização, organização comunitária e resistência indígena. O fim trágico das missões jesuíticas, após as Guerras Guaraníticas (1753–1756), abriu caminho para a presença portuguesa, que se consolidou com a chegada do brigadeiro José da Silva Paes, responsável pela construção do Forte Jesus-Maria-José, na barra da Lagoa dos Patos, em 1737 — marco do início efetivo da ocupação lusa e da defesa dos domínios portugueses no extremo sul da América.

A ocupação portuguesa foi lenta e precária, movida pela necessidade de garantir a posse da fronteira e pela busca de afirmação diante das constantes tensões com o império espanhol. Como lembra Sandra Jatahy Pesavento (1980), tratava-se de um «povoamento armado», caracterizado por fortes, pequenas vilas e grandes distâncias. Aos poucos, surgiram núcleos como Viamão, Rio Pardo e Porto Alegre, que se tornariam os principais centros administrativos e comerciais da nova capitania.

No século XVIII, a pecuária extensiva assumiu papel central na economia regional. Grandes estâncias, mantidas por trabalho escravizado, tanto africano quanto indígena, abasteciam os mercados do centro da colônia com couro, charque e gado. Essa estrutura agrária e social, descrita por Mário Maestri (1984) e Carlos Roberto Antunes dos Santos (2002), formou uma sociedade rural, patriarcal e hierarquizada, em que o poder local se confundia com a posse da terra e com a tradição militar.

Entre o final do período colonial e os primeiros anos do Império, o Rio Grande do Sul se consolidou como espaço de fronteira viva, envolvido nas guerras e disputas políticas da região do Prata. A convivência entre militares, estancieiros, povos originários e pessoas de origem africana — fossem elas escravizadas, libertas ou já nascidas no Brasil — deu origem a uma identidade própria, associada à figura do gaúcho, símbolo de liberdade, mobilidade e resistência.

Apesar da presença lusa já consolidada desde o século XVIII, o território do Rio Grande do Sul ainda se encontrava, no início do século XIX, marcado por extensas áreas de mata, pouco povoadas. As regiões mais ao sul permaneciam incertas e vulneráveis, pois as fronteiras com o domínio espanhol ainda não estavam plenamente definidas, e as incursões vindas do Prata eram constantes. Essa condição de fronteira aberta fazia do Rio Grande uma terra de tensões e expectativas, onde se entrecruzavam o interesse militar, o desejo de expansão econômica e o projeto político de integração do extremo sul ao Império do Brasil.

Para o governo imperial era necessário povoar e produzir. Diante do predomínio dos latifúndios voltados à pecuária, buscava-se promover o surgimento de uma pequena propriedade agrícola, de trabalho livre, que garantisse o abastecimento das cidades, estimulasse o artesanato local e, em caso de guerra, fornecesse soldados para o exército. Como observa Moacyr Flores (1993), a colonização foi concebida como uma forma de «organizar e civilizar a fronteira», ao mesmo tempo em que diversificava a economia regional, ainda dependente da criação de gado.

Nesse contexto, o governo voltou seus olhos para a imigração europeia e, naquele primeiro momento, em 1824, para os emigrantes de língua alemã, que viam na América uma possibilidade de recomeço. Em sua maioria, tratava-se de excedentes populacionais não absorvidos pelo processo de industrialização europeu, que, diante

da escassez de terras e da precarização das condições de vida nas cidades, buscavam alternativas de sobrevivência fora do continente europeu. Muitos foram convencidos pelas promessas de arregimentadores como Georg Anton Schäffer, F. Schmidt e Peter Kleudgen, que divulgavam a imagem de um Brasil fértil, pacífico e cheio de oportunidades. A presença da imperatriz Leopoldina, natural da Áustria, servia de elo simbólico, reforçando a confiança dos candidatos à travessia e legitimando o projeto de colonização que, a partir de 1824, ganharia forma nas margens do Rio dos Sinos. Como observa Klaus J. Bade (1986), a emigração de cerca de 5,5 milhões de falantes de língua alemã durante o século XIX esteve ligada a fatores como as guerras napoleônicas, as revoluções de 1848, a unificação alemã e as transformações sociais impostas pela Revolução Industrial, que geraram um contingente de trabalhadores rurais e artesãos sem perspectivas de inserção econômica.

De modo semelhante, a imigração italiana para o Rio Grande do Sul também esteve associada às transformações econômicas e sociais provocadas pela Revolução Industrial. Grande parte desses emigrantes era composta por excedentes populacionais das regiões rurais do norte da Itália, sobretudo do Vêneto, incapazes de serem absorvidos pela economia urbana em processo de industrialização. A fragmentação das propriedades agrícolas, o aumento demográfico e as crises de subsistência agravaram a pobreza no campo, levando milhares de famílias a buscar melhores condições de vida além-mar. A propaganda oficial brasileira, que prometia terras férteis e prosperidade, encontrou eco entre esses camponeses, para quem o Novo Mundo simbolizava uma possibilidade de reconstrução. Conforme analisa Angelo Trento (1989), a emigração italiana do século XIX resultou de uma combinação de fatores estruturais, como o atraso econômico, a pressão demográfica e a lenta industrialização, que expulsavam a população rural, especialmente no norte da península transalpina, empurrando-a para a América.

Ao chegarem ao Rio Grande do Sul, os imigrantes alemães se estabeleceram principalmente no Vale do Rio dos Sinos, enquanto os italianos fixaram-se, algumas décadas depois, na Serra Gaúcha. Em ambas as regiões, formaram uma nova classe social livre, composta por pequenos proprietários rurais. A partir do trabalho familiar no cultivo em pequenas propriedades, criaram comunidades autossuficientes e solidárias, nas quais o artesanato e as manufaturas domésticas evoluíram progressivamente para atividades industriais. Esse processo de diversificação econômica e de valorização do trabalho contribuiu para a formação de uma cultura empreendedora que, ao longo do tempo, transformou essas regiões nas mais desenvolvidas e industrializadas do Estado, destacando-se pela pujança dos setores coureiro-calçadista, metalmecânico, vinícola e moveleiro (cf. Roche 2022).

O papel da literatura sul-rio-grandense na construção da memória sobre a imigração

Tendo esse panorama em mente, é natural que o tema da imigração se tornasse central em algumas obras literárias produzidas no Rio Grande do Sul. Entre elas, destacam-se narrativas de grande qualidade estética e densidade simbólica, que transcendem o simples registro histórico para elaborar interpretações sensíveis e complexas

sobre a experiência migratória. A literatura sul-rio-grandense, nesse sentido, não apenas reproduz o passado da colonização, mas o reinventa, convertendo-o em matéria artística e crítica. Neste ensaio, dentre as diversas obras que abordam o tema, foram selecionadas para análise, no caso da imigração alemã, os dois tomos de *A ferro e fogo — Tempo de solidão* (1972) e *Tempo de guerra* (1975) — de Josué Guimarães, e *Videiras de cristal* (1990), de Luiz Antonio de Assis Brasil; e, no caso da imigração italiana, *O Quatrillo* (1985), *A Cocanha* (2000) e *Babilônia* (2006), de José Clemente Pozenato. Por meio dessas obras é possível perceber como a memória da imigração foi transformada em narrativa e integrada à construção identitária e cultural da região.

Literatura e germanidade: o olhar ficcional sobre o imigrante alemão

Várias foram as obras escritas que abordam a imigração alemã no Rio Grande do Sul. A primeira delas, e considerada o primeiro romance escrito no estado, além de uma das primeiras obras do gênero no Brasil, é *A Divina Pastora* (1847), de Caldre Fião. O romance narra a paixão de Édélia por seu primo Almênio, um guerreiro farroupilha que acaba se comprometendo com Clarinda, filha de imigrantes alemães. Ambientada em Porto Alegre, São Leopoldo e Viamão, a narrativa entrelaça conflitos amorosos e políticos, refletindo as tensões da Revolução Farroupilha e o contexto social da época. Além de seu valor literário, *A Divina Pastora* apresenta um importante registro histórico e cultural, ao retratar a paisagem, os costumes e o processo de formação da identidade regional gaúcha quase que de imediato após o término do conflito, findado em 1845. Redescoberta apenas em 1992, a obra foi reeditada e consolidou-se como um marco fundador da literatura sul-rio-grandense.

Mas o primeiro grande romance da literatura sul-rio-grandense a abordar diretamente a epopeia da imigração alemã desde a chegada dos colonos e, ao mesmo tempo, um dos mais amplos e significativos pela extensão de seu recorte cronológico, é a trilogia inacabada *A ferro e fogo*, de Josué Guimarães. Em entrevista à RBS TV, em 1984, o autor defendeu que os escritores deveriam manter um compromisso com seu público, produzindo obras que funcionassem como depoimentos ou relatos de sua época. Afirmou que por muito tempo teve a intenção de escrever um romance sobre a imigração alemã, inicialmente centrado na Revolta dos Mucker. No entanto, ao constatar que o leitor comum teria dificuldade em compreender o contexto do episódio, decidiu recuar no tempo e investigar suas causas, remontando a 1824, ano do início da imigração alemã na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Assim, planejou uma trilogia que partisse da chegada dos imigrantes para culminar na Revolta dos Mucker, projeto que acabou não sendo concluído.

O primeiro volume, *A ferro e fogo: tempo de solidão*, lançado pela Editora Sabiá, em 1972, narra a chegada dos imigrantes à província, a fundação da colônia de São Leopoldo e as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos. Entre os principais problemas, destacam-se a desorganização do Império no acolhimento dos colonos, instalando-os em feitorias e barracões antes destinados a pessoas escravizadas, e o descumprimento das promessas imperiais quanto ao fornecimento de ferramentas e infraestrutura para o trabalho. A ausência de demarcação adequada das

terras agravou a situação, marginalizando os imigrantes e gerando tensões internas. Guimarães também aborda as fronteiras móveis da província, palco de disputas com os vizinhos «castelhanos», e denuncia, no plano ficcional, o recrutamento forçado durante a Guerra da Cisplatina (1825–1828), bem como os abusos cometidos contra negros, indígenas e os próprios alemães.

A obra ganhou adaptação televisiva sob a direção de Gilberto Perin, em formato de minissérie — exibida em três capítulos pela RBS TV em novembro de 2006 — e dessa produção foi extraída uma versão em longa-metragem lançada em 2007. A adaptação condensou aspectos centrais do romance para a linguagem audiovisual, colaborando para ampliar a recepção pública do universo ficcional de Guimarães e reavivar o debate sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul sob um olhar crítico e histórico.

O segundo volume, *A ferro e fogo: tempo de guerra*, lançado pela Editora José Olympio, em 1975, cobre o conturbado período regencial, da eclosão da Revolta Farroupilha (1835–1845) até o pós-Guerra do Paraguai (1864–1870). A obra explora as divisões entre os imigrantes alemães, que se alinham tanto à causa republicana quanto à imperial, e mostra a ascensão econômica da colônia de São Leopoldo, que, durante o cerco de Porto Alegre, deteve a exclusividade no abastecimento da capital. O autor também aborda a participação dos alemães na Guerra do Paraguai, denunciando o falso voluntarismo do Corpo de Voluntários da Pátria e as condições precárias a que eram submetidos. Guimarães evidencia, ainda, a distância linguística e cultural entre oficiais, que falavam em português, e os soldados alemães, que se expressavam apenas em diferentes dialetos germânicos, o que tornava a comunicação quase impossível.

O terceiro volume, que se chamaria *A ferro e fogo: tempo de (ódio) angústia*, abordaria finalmente a Revolta dos Mucker, mas o autor faleceu antes de concluí-lo. Ainda assim, nos capítulos finais de *tempo de guerra*, já se percebem os prenúncios do episódio, com a chegada de Daniel Abrahão ao Morro Ferrabrás, local em que se passou o episódio, e a introdução de personagens centrais da Revolta, como João Jorge Maurer e Jacobina Mentz Maurer.

Seguindo cronologicamente a análise do processo de imigração alemã presente na literatura sul-rio-grandense, destaca-se a figura de Luiz Antônio de Assis Brasil como herdeiro e continuador do projeto narrativo iniciado por Josué Guimarães. Profundo admirador do autor de *A ferro e fogo*, Assis Brasil reconheceu em diversas ocasiões essa filiação literária, e dedica o romance *Videiras de Cristal* (1990) «à memória de Josué Guimarães» (Assis Brasil 1990: 7). Tal gesto evidencia não apenas a homenagem ao escritor, mas a decisão consciente de prosseguir a trajetória literária que Guimarães havia interrompido, especialmente no que diz respeito ao tratamento ficcional dos descendentes de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul.

Videiras de Cristal retoma literariamente o episódio histórico da Revolta dos Mucker (1873–1874), ocorrido na região do Morro Ferrabrás, atual município de Sapi-ranga — tema que foi introduzido nos movimentos finais de *A ferro e fogo: tempo de guerra*, e seria abordado no volume inacabado da trilogia de Guimarães, *A ferro e fogo: tempo de (ódio) angústia*. Ao dar continuidade ao percurso narrativo iniciado

por Guimarães, Assis Brasil retoma e desenvolve os conflitos já esboçados nos capítulos finais de *Tempo de guerra: fé versus razão*, religiosidade popular *versus* autoridade estatal e eclesiástica, pertencimento comunitário *versus* exclusão social.

A compreensão desse conjunto de tensões permite situar de modo mais preciso a Revolta dos Mucker, um dos mais expressivos movimentos messiânicos do sul do Brasil oitocentista. Desenvolvida entre 1873 e 1874 sob a liderança de Jacobina Mentz Maurer e de seu marido, João Jorge Maurer, a revolta reuniu majoritariamente colonos de origem germânica, pequenos proprietários submetidos ao isolamento geográfico, à precariedade econômica e à barreira linguística que caracterizavam as colônias do Vale do Rio dos Sinos na segunda metade do século XIX (cf. Roche 1969). Em torno das práticas de cura de João Jorge e das experiências visionárias atribuídas a Jacobina, formou-se um núcleo religioso dissidente, que rejeitava a autoridade dos pastores luteranos e padres católicos, contestava o poder local e elaborava uma leitura escatológica do mundo. O termo «mucker», de origem germânica (Mucker, «devoto», «beato»), foi usado de modo pejorativo por adversários para estigmatizar o grupo e justificar a repressão. O conflito ganhou intensidade à medida que autoridades civis, elites coloniais e setores do clero passaram a denunciar os seguidores de Jacobina como perigosos e moralmente desviantes, o que levou a operações militares oficiais que, após diversos confrontos armados, culminaram no cerco final ao reduto dos dissidentes e na morte de Jacobina em 2 de agosto de 1874 — episódio que selou o extermínio do movimento (cf. Biehl 2024).

Assis Brasil constrói, a partir desse contexto, um romance que transcende a simples reconstituição histórica. A figura de Jacobina é apresentada com densidade psicológica e simbólica: simultaneamente líder carismática, vítima e agente do processo de fanatização coletiva. O autor interpreta o conflito como resultado trágico de um processo histórico de desenraizamento — consequência direta do projeto de colonização iniciado em 1824. Desse modo, os *mucker* surgem não como exceção, mas como expressão extrema dos tensionamentos que marcaram a formação das comunidades germânicas no sul do Brasil.

Embora fundamentada em sólida pesquisa — que inclui referências a Ambrósio Schupp (2000), Moacyr Domingues (1977) e Leopoldo Petry (1966), além de visitas ao Morro Ferrabrás — a narrativa de Assis Brasil não se limita ao factual. Sua escrita de ritmo contido e elegância estilística entrelaça tempo histórico e tempo mítico, permitindo que o episódio adquira dimensão universal como metáfora da intolerância, da incomunicabilidade e das fraturas sociais produzidas pela Modernidade e pelo isolamento cultural.

Assim, *Videiras de Cristal* pode ser compreendido como coroamento e continuidade do projeto literário de Guimarães: se *A ferro e fogo* descreve a chegada dos colonos e a construção das primeiras comunidades alemãs, Assis Brasil leva o ciclo ao seu desfecho trágico, representando os conflitos internos que abalaram essas populações no final do século XIX. O romance preserva, no plano da ficção, a ambição de compreender a longa trajetória dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul — de sua esperança inaugural ao desencanto e à violência que emergem do desenraizamento.

Literatura e italianidade: a construção simbólica do imigrante na ficção sul-rio-grandense

A literatura sul-rio-grandense também encontrou, na imigração italiana, um campo privilegiado de representação estética e reflexão histórica. Nesse cenário, destaca-se José Clemente Pozenato como o principal nome a ficcionalizar o processo de colonização italiana no Rio Grande do Sul, especialmente por meio da trilogia composta por *O Quatrilho* (1985), *A Cocanha* (2000) e *Babilônia* (2006). Em conjunto, essas obras configuram um amplo painel da formação das comunidades ítalo-brasileiras, acompanhando, de modo ficcional, a transformação dos imigrantes e de seus descendentes desde a chegada à colônia até a urbanização e Modernização do século XX.

O primeiro romance da trilogia, *O Quatrilho*, ambientado no final do século XIX, apresenta os imigrantes italianos ainda em sua fase inicial de adaptação ao território colonial, marcada pelo trabalho árduo, pela instabilidade econômica e pela tensão entre tradição e mudança. A narrativa centra-se em um episódio íntimo — o entrelaçamento amoroso entre dois casais — que funciona como metáfora para o rompimento de valores trazidos da terra natal. Se a Igreja e a família constituíam pilares da sociabilidade italiana, o romance explora justamente o conflito que emerge quando os laços comunitários se fragilizam diante da necessidade de sobrevivência e do surgimento de novos desejos. A saga dos personagens registra a transição de velhos códigos morais para uma sociedade em formação, onde a terra, elemento central da colonização, define tanto a esperança quanto o sacrifício.

O êxito literário de *O Quatrilho* foi notável. A obra conquistou ampla recepção crítica e popular, e seu enredo foi adaptado para o cinema em 1995, sob a direção de Fábio Barreto. O filme recebeu destaque internacional e foi indicado ao Oscar de Melhor Filme Estrangeiro em 1996. Essa transposição para o cinema contribuiu decisivamente para a consagração de Pozenato, ampliando o alcance de sua reflexão sobre a imigração e inserindo a temática ítalo-brasileira no imaginário nacional e internacional. A versão cinematográfica manteve o núcleo temático do romance — o conflito entre tradição e liberdade individual — e reforçou o caráter simbólico da narrativa como representação do processo de formação social do sul do Brasil.

Em *A Cocanha*, publicado quinze anos depois, Pozenato desloca o foco para o início do século XX, quando os descendentes dos primeiros imigrantes começam a projetar-se economicamente e a questionar a própria ideia de destino agrícola. O título remete ao mito medieval da terra da fartura e da abundância, imagem que reflete o imaginário dos que, após décadas de dedicação, acreditam finalmente colher os frutos de seus sacrifícios. Entretanto, o romance evidencia que a ascensão econômica traz consigo novos problemas: disputas políticas, ambições pessoais, conflitos geracionais e identitários. As personagens passam a imaginar-se como parte de uma Modernidade em expansão, ao mesmo tempo em que permanecem ligadas — por afeto, memória ou culpa — ao mundo rural que lhes deu origem. Se *O Quatrilho* tratava da luta pela sobrevivência, *A Cocanha* trata do desejo de ascensão e reconhecimento social, revelando o preço simbólico do progresso e as tensões entre a ética do trabalho herdada e a sedução do novo.

Babilônia, terceiro volume da trilogia, insere os descendentes dos imigrantes definitivamente na lógica urbana e industrial, já na segunda metade do século XX. O título remete à grande cidade, ao local da mistura de línguas, crenças e ambições — imagem associada, na tradição bíblica, à Torre de Babel, isto é, ao entrecruzamento de vozes e à experiência da dispersão. Nesse contexto, os ítalo-brasileiros já não se percebem como imigrantes, mas como parte integrante da sociedade nacional, embora carreguem traços identitários herdados dos antepassados: a ética do trabalho, o catolicismo cultural, o apego à família e às origens. O romance examina a dissolução das antigas estruturas simbólicas que sustentaram a comunidade colonial — o dialeto vêneto, o senso de pertencimento, as tradições de aldeia — diante da urbanização, da indústria e da cultura de massa. Se no início da saga a colônia era apresentada como espaço da esperança, aqui ela retorna apenas como lembrança, vestígio ou fantasma.

O percurso ficcional de Pozenato, portanto, articula-se como uma grande narrativa do deslocamento: da Itália ao Rio Grande do Sul, da colônia à cidade, da comunidade tradicional à subjetividade Moderna. Seus romances não apenas representam episódios históricos, mas refletem o custo simbólico e emocional da Modernização: o esquecimento da língua, a erosão dos vínculos religiosos, a diluição das fronteiras culturais que por tanto tempo deram sentido à vida comunitária. Ao transformar a experiência da imigração italiana em literatura, Pozenato preserva, e ao mesmo tempo problematiza, a memória de uma coletividade que ajudou a moldar a identidade cultural do sul do Brasil. Sua trilogia constitui, assim, uma das mais expressivas interpretações literárias da italianidade no Rio Grande do Sul, na medida em que articula o destino coletivo dos colonos ao drama universal da transformação e da perda.

A força simbólica das narrativas

As obras de Josué Guimarães, Luiz Antônio de Assis Brasil e José Clemente Pozenato configuram dois grandes ciclos literários dedicados à representação das migrações europeias no Rio Grande do Sul. Em *A ferro e fogo*, Guimarães recria a saga dos colonos alemães entre o ideal e a desilusão. Assis Brasil, em *Videiras de cristal*, transforma a germanidade em reflexão sobre memória e identidade. Pozenato, por sua vez, em *O Quatrilho*, *A Cocanha* e *Babilônia*, acompanha o percurso dos imigrantes italianos, do trabalho pioneiro à dissolução simbólica da tradição no espaço urbano.

As diversas comemorações recentes dessas migrações conferem nova atualidade a essas narrativas. O Bicentenário da Imigração Alemã, celebrado em 2024, reuniu uma série de iniciativas, entre elas a inauguração do monumento *Diversidade em 200 anos*, em São Leopoldo. Por sua vez, o 51.º Festival Internacional de Folclore de Nova Petrópolis apresentou espetáculos e documentários dedicados à herança germânica. Essas ações somaram-se a uma ampla programação distribuída por todo o Estado — exposições, concertos, lançamentos de livros, encontros culturais e acadêmicos — que mobilizaram comunidades e instituições em torno da memória dos imigrantes. Assim, as celebrações atualizaram, no espaço público, temas que Guimarães e Assis

Brasil já haviam transformado em literatura — o contraste entre ideal e realidade, o «esforço civilizatório» e as tensões da memória. A literatura, nesse sentido, não apenas reflete o passado, mas oferece o imaginário simbólico que as próprias comemorações reativam, como o mito do trabalho, da fé e da persistência que moldam a identidade regional.

Processo semelhante ocorre com as comemorações pelos 150 anos da imigração italiana, realizadas em diferentes cidades da Serra Gaúcha ao longo de 2025. A abertura das celebrações, no Vale dos Vinhedos, em Bento Gonçalves, em janeiro, com a inauguração da *Rota Pipa Parade* — maior exposição de arte ao ar livre da Serra Gaúcha —, e o evento cênico-musical promovido pela Universidade de Caxias do Sul, *Sesquicentário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul – 1875-2025*, em agosto, exemplificam a vitalidade desse calendário comemorativo. Somam-se a eles inúmeras outras iniciativas — mostras, desfiles, festivais gastronômicos, circuitos turísticos e debates acadêmicos — que reafirmam a relevância cultural e simbólica da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Também nesse caso, a literatura de Pozenato antecipa e aprofunda os significados que os festejos evocam: a esperança e o sacrifício de *O Quatrilha*, o desejo de ascensão em *A Cocanha*, a modernidade ambígua de *Babilônia*. Ao celebrar a italianidade, as comemorações retomam — ainda que de modo simbólico — o mesmo percurso de perda e transformação que o autor inscreve na ficção.

Assim, ao considerar as celebrações das imigrações alemã e italiana, percebe-se que a literatura oferece um repertório simbólico que ajuda a compreender o modo como essas memórias são retomadas no presente. Os romances de Guimarães, Assis Brasil e Pozenato, ainda que escritos em outros momentos históricos, abrem caminhos de leitura que dialogam com os sentidos hoje mobilizados pelas comemorações públicas. Relembra-los nesse cenário é reconhecer que o imaginário migratório permanece vivo, transitando entre a história e a ficção, entre a memória narrada e a memória celebrada. Mais do que simples registro de um passado distante, essas obras funcionam como mediadoras simbólicas entre gerações, capazes de traduzir em linguagem poética os sentimentos de pertencimento, perda e transformação que ainda moldam a identidade regional. Ao mesmo tempo, mostram que toda comemoração é também um exercício de reinterpretação, um modo de reinscrever o passado no presente, de recontar as origens à luz das sensibilidades atuais. Nesse sentido, a literatura não apenas preserva a experiência migratória, mas a renova continuamente, mantendo abertas as possibilidades de leitura e de sentido que essas histórias oferecem ao Rio Grande do Sul e à sua memória cultural.

Referências bibliográficas

- BADE, Klaus J. (1986), «Die deutsche überseeische Massenauswanderung im 19. und frühen 20. Jahrhundert», *Archiv für Sozialgeschichte* 26, 480–487.
- BONI, Luiz Alberto de (2002), *As missões: uma utopia cristã no século XVII*, Porto Alegre: EST.
- BRASIL, Luís Antônio de Assis (1990), *Videiras de cristal*, Porto Alegre: L&PM.
- BIEHL, João (2024), *Jammerthal, o Vale da Lamentação: A Minha Guerra Mucker*, São Leopoldo: Oikos.

- DOMINGUES, Moacyr (1977), *A nova face dos Muckers*, São Leopoldo: Rotermond.
- FIÃO, Joaquim José de Caldre e (1847), *A divina pastora*, Porto Alegre: Typographia do Mercantil.
- FLORES, Moacyr (1993), *História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: EDIPUCRS.
- GUIMARÃES, Josué (1975), *A ferro e fogo: tempo de guerra*, Rio de Janeiro: José Olympio.
- GUIMARÃES, Josué (1972), *A ferro e fogo: tempo de solidão*, Rio de Janeiro: Sabiá.
- HOORNAERT, Eduardo (1994), *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*, Petrópolis: Vozes.
- Josué Guimarães – *Muitas Histórias* (1984), documentário, direção: Silvio Barbizan, produção: Zanza Pereira, Porto Alegre: RBS TV.
- MAESTRI, Mário (1984), *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e cotidiano*, Porto Alegre: Mercado Aberto.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (1980), *A formação do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Mercado Aberto.
- PETRY, Leopoldo (1966), *O episódio do Ferrabraz – Os Mucker*, São Leopoldo: Rotermond.
- POZENATO, José Clemente (2006), *A Babilônia*, Caxias do Sul: Maneco.
- POZENATO, José Clemente (2000), *A Cocanha*, Porto Alegre: Mercado Aberto.
- POZENATO, José Clemente (1985), *O Quatrilho*, Porto Alegre: Mercado Aberto.
- ROCHE, Jean (2022), *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* (2. ed.), São Leopoldo: Oikos.
- SCHUPP, Ambrósio (2000), *Os Mucker: a tragédia histórica do Ferrabrás*, Porto Alegre: Martins Livreiro.
- SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos (2002), *Negros e escravos no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: EST.
- TRENTO, Angelo (1989), *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*, São Paulo: Nobel; Instituto Italiano di Cultura.

Eduardo Ortiz
(Associação Nacional de Pesquisadores da História
das Comunidades Teuto-Brasileiras)

